Revista do
SESCON RS

Publicação do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Rio Grande do Sul

Ano VIII
nº 49
Setembro de 2009

REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

Discussão ressuscita no Congresso

LOGIDOC
GERENCIADORES DIGITAIS

LOGICBOX
AUTOMAÇÃO ®

Módulos Básicos

Frente da caixa e Retaguarda

- TEF Discado
- TEF Dedicado
- TEF Pay&Go (ADSL e GPRS)
- Banricompras e Banricontas

Módulos Avançados

Tef Multicartões

Venda com mais de um cartão + cheque ou dinheiro em um único cupom.

+ + $

Caderneta Eletrônica

Sistema de crediário com cartão próprio. Recebimento de prestações com TEF.

Integração de Redes de Lojas

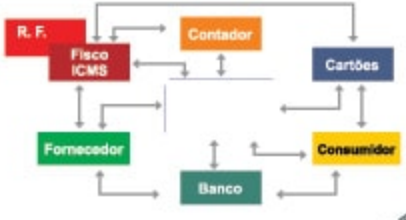
Controle Gerencial de Filiais, Vendas, Estoque,Rentabilidade, Financeiro e Custos. Operação OnLine e Off Line, Cadastro de Clientes, Controle de Crediário.

A força do dinheiro de plástico

Fonte: Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs)

Vendas com Cartões crescem 22% ao ano nos últimos 10 anos. Em 2011 o acumulado será de 750%.

Fluxograma Tecnológico Simplificado



Equipamentos
Softwares
Treinamentos
Assistência Técnica

Aumente suas vendas
Soluções completas para cartões

BemaTECH

LOGICBOX AUTOMAÇÃO

Fone: (51) 3076.3321 - 3338.3311

aconteceu 4
geral 5
economia 6
especial 8
informe técnico 12
entrevista 14
gestão 16
artigo 18
notícias 19
crônica 22

Luiz Carlos Bohn
Presidente

A redução da jornada de trabalho que volta a ser proposta chegou num momento inadequado. Mal saímos de um período de crise e nem estamos fora ainda da quarentena, não sabemos quando a economia terá alta. As empresas estão sensíveis e, por isso, este não é o melhor momento nem a melhor maneira de gerar empregos. Foi por isso que trouxemos este assunto nesta edição. Também trazemos como assunto de destaque a implantação do Sped e da NF-e, um caminho irreversível e que as empresas terão de absorver. Assim como um artigo sobre a Substituição Tributária, outra quebra de paradigma que os empresários terão de incorporar em suas organizações. A tecnologia se ampliou para todos os campos, um dia também iria chegar nestes aspectos empresariais. Normal em tempos de saturação de realities shows. Como tenho lembrado há algum tempo, a maior preocupação e vigilância deve ser sobre como as informações que passarão a ser enviadas ao Fisco pelo Sped serão utilizadas e protegidas. É preciso que a Receita Federal nos dê a garantia de que elas não poderão cair em mãos erradas nem permitir a espionagem industrial. Por fim, trazemos a situação da Inspeção Veicular, que no Rio Grande do Sul não saiu do papel.

A todos, boa leitura.

01/06 A palestra mensal proferida pelo economista e psicólogo Martin Mayer teve como tema "Líder-coach: desenvolver sua equipe traz resultado?"

15/06 O curso "DCTF e PERDCOMP" foi ministrado pelo contador João Roberto Pinto.

19/06 Abordagem prática dos diversos procedimentos contábeis e fiscais vinculados ao Ativo imobilizado, bem como o Ativo intangível, foram temas tratados no curso "Ativo Imobilizado e Ativo Intangível", ministrado pelo Contador João Roberto Pinto.

24/06 O Contador Ademir Vanzella ministrou o curso sobre "Prática e Escrita Fiscal".

25/06 Melhorias na SEFIP 8.4; circulares CAIXA atualizadas e envolvidas nessa versão; conectividade social para empresas foram temas do programa do curso "Mudanças na SEFIP 8.4 para o FGTS", ministrado pelo Técnico de Fomento da CEF Lucas Augusto Petter.

06 /07 A palestra mensal contou com a Bacharel em Comunicação Social Márcia La Porta, que falou sobre "Assertividade e Harmonia em suas Relações".

13/07 Esclarecer os questionamentos mais frequentes dos profissionais da área, referentes a legislação trabalhista e previdenciária nos tópicos apresentados, recidando o conhecimento dos participantes, foi o objetivo do curso ministrado pela advogada na área trabalhista Cleonice Bitencourt, "Atualizações da Legislação Trabalhista".

20/07 O Contador João Roberto Pinto ministrou o curso sobre "Dacon – Mensal e Semestral" .

22/07 Oferecer conceitos e as atualizações da Nota Fiscal Eletrônica foi tema do curso "Nota Fiscal Eletrônica – Aspectos Fiscais", ministrado pelo Contador Ademir Vanzella.

23/07 O Contador Ademir Vanzella ministrou o curso "Prática e Escrita Fiscal".

03/08 A palestra mensal "Gerenciamento da Qualidade nas Empresas de Serviços" foi proferida pelo consultor Marcelo Bernardes.

11/08 Orientar sobre os procedimentos para legalização e forma de pagamento dos microempreendedores individuais foi o objetivo do curso "Microempreendedor Individual – MEI", ministrado pelo Contador João Roberto Pinto.

SESCON RS

Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Rio Grande do Sul

Rua Augusto Severo, 168
Fone: (51) 3343-2090 Fax: (51) 3343-2806
CEP: 90240-480 - Porto Alegre - RS
www.sescon-rs.com.br/sescon-rs@sescon-rs.com.br

DIRETORIA
TITULARES
Presidente:
Luiz Carlos Bohn
Vice-Presidente:
Jaime Gründler Sobrinho
Diretor Administrativo:
Barcelides Morresco
Vice-Diretor Administrativo:
Maurício Gatti
Diretora Financeira:
Inelva Fátima Lodi
Vice-Diretor Financeiro:
Diogo Ferri Chamun
Diretor de Relações do Trabalho:
José Roberto Santos Pires
Diretor de Assuntos Legislativos:
José Tadeu Jacoby
Diretores Regionais:
José Inácio Lenz
Sergio Gilberto Dienstmann
Luiz Carlos Duarte de Oliveira
Maria Onira Colossi
SUPLENTES
Celso Luft
Carlos Fernando Paléo da Rocha
Décio Becker
Jorge Luiz Bersch
Valdir Ferreira Rodrigues
Marice Fronchetti
Tassiro Astrogildo Fracasso
Lourdes Scartezzine
Eduardo Boldrini Martins
João Carlos Miranda
Jacqueline Pereira Paiva

CONSELHO FISCAL
TITULARES
Eldo Luft
Osvino Schneider
Leono Pacheco
SUPLENTES
Maria Rosa de Freitas
Ito Frederico Troller

DELEGADOS REPRESENTANTES JUNTO À FEDERAÇÃO
TITULARES
Luiz Carlos Bohn
Jaime Gründler Sobrinho
SUPLENTES
Joel Carlos Köbe
Ananias Cipriano Alves

CONSELHO EDITORIAL
Flávio Obino Filho
Luiz Carlos Bohn
José Roberto Santos Pires
Maria Rosa de Freitas
Jussara Corrêa

Francke

EDIÇÃO

Francke | Comunicação Integrada
Av. Carlos Gomes, 466 - q. 07 - Bela Vista
Fone/Fax: 51 3388.7674
www.francke.com.br
Editora Responsável: Marisa Franck (Reg. Prof. 8611/RS)
Redação: Teresa Schembri (Reg. Prof. 6240/25/91 RS) e Sérgio Giacomel
Direção de Arte: Hélio de Souza

Inspeção Veicular

A atividade busca verificar a qualidade dos gases emitidos pelos veículos, além dos equipamentos de segurança

A inspeção veicular é um instrumento constante na legislação, que tem como principal foco garantir que as pessoas conduzam ou sejam transportadas em veículos seguros. Há também a preocupação com a saúde dos cidadãos e com problemas ambientais, decorrentes da poluição. O procedimento tem por base atender às resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), além da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que preveem a inspeção em diversos casos.

O Estado de São Paulo já apresenta um modelo obrigatório para automóveis, caminhões e motos, que visa principalmente minimizar a emissão de poluentes. Porém, no Rio Grande do Sul, a inspeção obrigatória é adotada apenas em alguns casos.

O engenheiro Adriano Colusi, da Inspeção Veicular Santa Cruz (INPASC), conta que a inspeção busca auxiliar os proprietários na verificação da qualidade dos gases emitidos pelo veículo, além de verificar os equipamentos de segurança. Isto porque, além da diminuição da emissão de gases poluentes na atmosfera, o objetivo é também diminuir a ocorrência de acidentes por falhas mecânicas nas ruas e rodovias. "Outro benefício da inspeção veicular ambiental é que haverá uma economia nos gastos com a saúde, pois a poluição é uma das principais causas dos problemas respiratórios como asma, bronquite e rinite alérgica", ressalta Colusi.

Por se tratar de uma atividade técnica de engenharia, é preciso que os profissionais que exercem a inspeção tenham registro no Conselho Regional de Engenharia (CREA). "A maioria das inspeções realizadas no Estado são por motivos de alteração de características efetuadas pelos proprietários de veículos", revela o engenheiro, destacando que entre as principais mudanças estão a instalação de sistema de gás natural veicular (GNV), troca de combustível, alteração na suspensão e troca de carroçaria, entre outros. Estas alterações são realizadas mediante uma autorização prévia da autoridade competente (o Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN).

Após a autorização, o veículo é avaliado por um Organismo de Inspeção na área de segurança veicular – acreditado pelo INMETRO e licenciado pelo DENATRAN –, visando verificar suas condições de seguridade, para que seja permitida, ou não, sua circulação em vias públicas. Para os veículos adaptados com GNV, já é exigida uma inspeção periódica anual.

Conforme Colusi, existem outras modalidades de inspeções periódicas requeridas, para o transporte coletivo, pelo Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER) – obrigatórias no transporte intermunicipal – e pela ANTT no transporte interestadual. Para o transporte entre países do Mercosul, é necessário o Certificado de Inspeção Técnica Veicular (CITV).

> "As empresas de Inspeção Veicular são representadas pelo Sescon/RS."

Sobre o modelo de inspeção obrigatória a ser adotada no Rio Grande do Sul, Colusi acredita que o sistema deve guiar-se por outros já existentes. "Este modelo deverá seguir no mesmo patamar das inspeções veiculares acreditadas pelo INMETRO e licenciadas pelo DENATRAN já existentes, onde possui um corpo técnico especializado e toda tecnologia necessária para realização das inspeções." Para estabelecer procedimentos seguros, existe a norma NBR 14040, que padroniza os serviços de inspeção e verificação. A partir da norma, é exigido conhecimento da mecânica veicular, além da utilização de equipamentos para verificações.

Será o fim?

Crise mostra sinais de desaceleração, mas alguns setores ainda se mostram pessimistas

Os efeitos da crise econômica, que teve início no final de 2008 e assolou o mundo inteiro, ainda geram especulação. O efeito cascata fez com que fossem afetados, após o setor financeiro, os de indústria e comércio. O consumo teve um declínio acentuado, e diversas empresas nacionais e multinacionais fecharam postos de trabalho.

Os países de economia desenvolvida foram os mais atingidos pela turbulência, e são aqueles que apresentam maior dificuldade para sair da recessão, com a previsão de que serão necessários anos de crescimento para que atinjam os mesmos níveis de produção anteriores à crise.

Em entrevista recente, Ben Bernanke, presidente do Federal Reserve (FED) – banco central norte-americano –, disse que o mundo está caminhando em direção à recuperação, depois de evitar o pior. A intervenção intensa e coordenada dos bancos centrais mundiais evitou um colapso maior desde a última Grande Depressão, em 1929, e foi decisiva para a recuperação da economia. Somente agora a perspectiva dos EUA é de crescimento, com a área de crédito alcançando estabilidade, e o antes combalido mercado de emissão de títulos corporativos retornando à normalidade. O desemprego, porém, permanece em alta: 9,4%.

As maiores expectativas repousam justamente nas economias emergentes, como as do chamado BRIC (sigla que indica as iniciais de Brasil, Rússia, Índia e China, as principais nações em desenvolvimento) –, onde a expectativa é de que a estabilidade pode ser alcançada logo ali.

No Brasil, com as medidas de incentivo ao consumo – como a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) – aliadas à queda da taxa de juros, as perspectivas otimistas apontam para a superação do abalo ainda neste ano. Porém, após o primeiro semestre em declínio, a indústria está encontrando a retomada gradual – e lenta – da produção. No setor produtivo, a perspectiva ainda é de que as "nuvens negras" da crise ainda pairem sobre o país em 2010, já que o crescimento pode não significar retomada dos empregos.

Retomada não vem com empregos

Mesmo com o crescimento da economia registrado nos últimos meses, alguns setores se mostram pessimistas sobre a recuperação da economia no curto prazo. No Rio Grande do Sul, a indústria sentiu o golpe da instabilidade: na primeira metade do ano, o setor registrou queda de 14,3% no desempenho em comparação com 2008. A queda de produção resultou nos cortes de postos de trabalho, prin-

cipalmente no setor metal-mecânico.

A Vulcabras – empresa brasileira produtora de calçados com sede no RS – demitiu, no mês de julho, 600 funcionários da filial Azaleia, do município de Parobé, na região metropolitana de Porto Alegre. Em janeiro, já havia dispensado outros 928 empregados. A alegação, segundo consta em nota oficial divulgada, foi em virtude da recessão econômica, responsabilizando também o aumento das importações de calçados de origem asiática – principalmente da China – pelas dificuldades do mercado.

O alento para a indústria veio no segundo trimestre, conforme estatística divulgada pela Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs). No mês de maio, o setor registrou crescimento de 0,5%, e em junho, este percentual subiu para 3,1%. O presidente da Fiergs, Paulo Tigre, declarou que os dados podem ser considerados sinais de melhora, "apesar de estarem longe de reverter as perdas acumuladas".

No entanto, o registro de postos de emprego registrou baixa de 0,2%, com a tendência de a situação perdurar por mais alguns meses, pois o aumento da produção não deve vir ainda acompanhado pela retomada dos empregos. O que deve ocorrer primeiro é cessar a ociosidade que ainda existe na mão de obra. O retorno da empregabilidade deve ocorrer apenas quando houver necessidade do aumento do número de horas trabalhadas.

Governo otimista no Rio Grande do Sul

A economia do Estado, no entanto, apresenta uma perspectiva positiva. O secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul, Ricardo Engler, aposta no encerramento da crise em 2009. "A economia gaúcha tem potencial de recuperação e esperamos poder ver em breve aumentos de índices de vendas, de consumo, de produção industrial e agrícola e de emprego e renda em nosso Estado", projeta.

Para Engler, as medidas de ajustes fiscais adotadas pelo Governo permitiram que o Estado estivesse mais bem preparado para o período de turbulência. Além dos benefícios de manter as finanças equilibradas e as contas em dia – economizando no pagamento de dívidas e fornecedores –, o secretário destaca que, em 2008, o Estado obteve um superávit primário de R$ 2,1 bilhões e um superávit orçamentário de R$ 443 milhões.

"Tudo isso nos preparou melhor para enfrentar a crise. Mas seguimos muito atentos às perdas que o Estado teve neste ano em relação à arrecadação de ICMS e aos repasses da União, que, somadas, no primeiro semestre do ano foram de cerca de R$ 534 milhões em relação ao previsto no Orçamento", destaca, acrescentando que serão reduzidas ainda mais as despesas de custeio para garantir o equilíbrio das contas públicas.

Recuperação depende do segmento

O assessor econômico da Federasul, Sérgio Leusin, acredita que o país poderá sair da crise econômica ainda em 2009. Porém, ressalta que há alguns setores – principalmente o de varejo e de materiais de construção – que sofreram maior desgaste neste período de turbulência. "Dá para dizer que a crise passou, mas alguns setores vão demorar mais para se recuperar", analisa.

Leusin lembra que o fim da instabilidade seria um crescimento positivo da economia, ou ao menos, estável. Em uma perspectiva otimista para o terceiro trimestre do ano, ele prevê que o país pode atingir este patamar ou ser até de 1%. Como forma de responder à instabilidade econômica, o governo brasileiro tratou de incentivar o consumo, através de medidas como a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A reação também foi sentida nos sucessivos cortes na taxa Selic, que hoje está no patamar de 8,75%.

A economia reagiu bem, e os reflexos do bom momento sentido no Brasil podem ser vistos, dentre outros aspectos, pela ausência do risco de inflação, além do retorno do capital para crédito – embora ainda em baixa quantia –, que deve favorecer o mercado. O assessor projeta também que o Banco Central pode promover ainda mais um corte na taxa de juros, mas alerta que o mercado deve estar atento para a elevação dos índices de inadimplência.

Contudo, para que a economia brasileira possa efetivamente crescer, Leusin destaca a necessidade de o poder público "se comportar" neste período. Os governos federal e estadual precisam gerir de forma mais eficaz os gastos com pessoal, e buscar uma melhor regulação fiscal de todas as despesas. "O descontrole das contas públicas é preocupante", ressalta. Para as empresas, o assessor orienta a renegociação de prazos e preços, além de fazer uma melhor reavaliação de custos.

Jornada Menor

Volta em pauta no Congresso a redução da carga horária semanal de 44 para 40 horas

Agosto ressuscitou no país uma antiga discussão que volta e meia aparece na pauta das negociações entre trabalhadores e empregadores: a redução da jornada de trabalho. Na atualidade a discussão gira na aprovação pelo Congresso da PEC 231/95 (Proposta de Emenda Constitucional) da redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, sem diminuição de salário. Também foi aprovado o aumento do adicional de hora extra de 50% para 75% da remuneração. A emenda tramita no Congresso há 14 anos e reaparece agora na retomada após crise mundial, como forma de estimular a geração de empregos. A PEC já foi aprovada por uma comissão especial da Câmara e precisa ser votada em dois turnos pelo Plenário.

"O brasileiro é o povo que menos trabalha entre países em desenvolvimento: 3,16 meses a menos que a Coreia do Sul"

Parlamentares e entidades sindicais patronais e de trabalhadores argumentam sobre o tema: empresários sugerem uma negociação setorial entre patrões e empregados; representantes sindicais reivindicam a aprovação da proposta para garantir constitucionalmente o direito à redução de jornada. Já os parlamentares acham que o papel do Congresso Nacional será filtrar as discussões e tentar produzir um entendimento. Apesar das posições divergentes, tanto os defensores das 40 horas quanto os das 44 horas pensam no desenvolvimento do país.

O Ministério do Trabalho e Emprego, defende a redução da carga de trabalho. O governo tem se mostrado favorável ao tema por considerá-lo um gerador de novos postos. Aponta que a participação da massa salarial no custo do produto de uma empresa é de 22% e que "a redução da jornada de trabalho terá impacto de 1,99 ponto percentual nesse custo, que passaria para 23,99%, praticamente 24%." Os pontos que ainda podem ser negociados são o prazo para viabilização da redução da jornada de trabalho e a hora extra.

Já para os empresários, a manutenção da jornada de trabalho em 44 horas semanais é fundamental para garantir mais empregos e combater a informalidade. E que somente com a redução da carga tributária sobre a folha de pagamento será possível gerar mais empregos no país. A criação de novos postos de trabalho não está atrelada à redução da jornada, mas, ao contrário, a medidas de incentivo à produtividade, crescimento econômico, investimentos na produção e educação de boa qualidade, aponta estudo feito pela Fecomércio-RS.

Para a entidade, diferentemente do que está sendo discutido, a proposta de redução da jornada de trabalho no Brasil pode ter um impacto inverso. A elevação dos custos para as empresas pode abrir portas à informalidade e à queda da produtividade, podendo gerar diminuição do consumo, substituição de mão de obra pela automação da produção ou chegando a demissões ou o fechamento dos negócios pela perda de competitividade.

Para a Fecomércio gaúcha, a experiência internacional mostra que a redução das horas trabalhadas na semana não gerou o aumento da produtividade e tampouco diminuiu o desemprego. O estudo cita a Espanha, por exemplo, que reduziu de 44h para 40h semanais a jornada de trabalho em 1983, e o desemprego passou de 8,2%, naquele ano, para uma média de 17,62% em 2007.

Em 1982, a França reduziu sua jornada de trabalho de 44h para 39h semanais com a intenção de elevar o número de postos de trabalho. No entanto o desemprego deu um salto, passando de 4% para mais de 10%, em 18 anos de medida. Atualmente, a França não só teve que voltar atrás à legislação adotada como também flexibilizar a jornada para baratear os custos de produção e, em julho deste ano, adotou a abertura do comércio aos domingos, para fomentar o consumo e o turismo no país.

O brasileiro é o povo que menos trabalha entre países em desenvolvimento e, comparativamente ao calendário coreano, trabalha 3,16 meses a menos do que os empregados da Coreia do Sul. Em compensação, seu IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), em 2007, ocupou a 25º posição dos países com melhor qualidade de vida, com índice de 0,92, enquanto o Brasil, na 69º classificação, registrou 0,8. O México, por sua vez, trabalha cerca de um mês e meio a mais do que o Brasil e, em termos de desenvolvimento humano, está na 53º posição,

com IDH de 0,84. O gerador de maior crescimento da economia e qualidade de vida é a ocupação da sociedade, e está na renda per capita desses países, que, em 2007, chegou a U$S 19,8 mil/ano, na Coreia do Sul, U$S 8,4 mil/ano, no México, e apenas U$S 6,8 mil/ano, no Brasil.

O crescimento do PIB é o fator que, efetivamente, faz com que a taxa de desocupados no país diminua ao menor patamar possível. Entre 2002 e 2008, o PIB do Brasil cresceu cerca de 24%, gerando uma queda de 5 pontos percentuais na taxa de desemprego – índice parecido foi registrado apenas na década de 1970. A entidade patronal considera fundamental que a sociedade conheça o impacto da medida e entenda que a contrariedade à redução da jornada de trabalho não se limita a proteger as empresas, mas sim proteger os empregos e a renda da população. O setor produtivo argumenta ainda que o aumento do custo da mão de obra acarretará elevação de preços dos produtos, além de não gerar novas contratações.

Negociação

A redução da jornada de trabalho tem sido adotada de diferentes formas. Uma delas é estabelecer através da legislação um máximo de jornada de trabalho semanal e sua diminuição se dá por intermédio de negociação coletiva, como já acontece em diversos segmentos do país. Em diversos países da União Europeia, as negociações envolvem sindicatos, entidades patronais e governos, como na Alemanha, Itália, Holanda, entre outras. Nos EUA e Inglaterra, não há jornada de trabalho fixa por lei, e sim, estabelecida por contratação coletiva de trabalho.

"Com a redução da jornada, aumentando custos de produção, vamos exportar empregos, que serão gerados nos nossos concorrentes."

Para a CNI, o cálculo de geração de novos empregos não leva em conta a realidade das empresas e da economia.

Mas a redução da jornada não é uma novidade. A Constituição Federal de 1988 reduziu de 48 para 44 horas semanais. Dados do IBGE comprovam que não se criaram mais empregos a partir dessa modificação e, na contramão, o desemprego até dobrou neste período (7,46% em 1999 contra 3,59% em 1986 antes da redução de jornada).

Outro exemplo mais recente foi a redução da jornada de trabalho na França. Conforme o chefe da unidade de análises da Eurofund (Fundação Europeia para Melhoria das Condições de Vida e Trabalho), Agnès Parent-Thirion, "quando a França adotou as 35 horas, a redução da jornada era reivindicação dos sindicatos europeus para reduzir o desemprego; só que isso não aconteceu, as estatísticas não comprovaram efeito real sobre o emprego". Pelo contrário, o que se constata é um resultado desastroso de demissões, perda da competitividade e aumento da informalidade.

Para o presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs), Paulo Tigre, a sugestão de limitar turnos de trabalho é a proposta da 'jornada do desemprego' no Brasil. "Com a redução da jornada, aumentando custos de produção, vamos exportar empregos, que serão gerados nos nossos concorrentes", alertou o industrial.

Já o Ministério do Trabalho e Emprego defende a discussão sobre a redução da jornada, apresentando dados de grandes economias mundiais que já adotam cargas horárias menores: "o Uruguai adota uma média de 41,5 horas de trabalho semanais, já efetivada há alguns anos; a Argentina pratica 41,5 horas semanais também; o Chile 42,1. Estes três países da América Latina já praticam hoje a redução da jornada de trabalho. O Canadá pratica uma média de carga horária de

31,7 horas semanais; a França 34,2; Espanha 38,7; Japão 32 horas semanais. Estes são dados importantes para fomentarmos um grande debate."

"Os ganhos de produtividade decorrentes dos avanços tecnológicos dos últimos 20 anos não foram repassados corretamente para os trabalhadores, que merecem os frutos da contribuição que deram", diz o secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves.

Os sindicalistas argumentam que, quando a atual jornada de 44 horas foi fixada na Constituição de 1988, também houve previsões negras entre os empresários, mas que não houve falência em massa. Por sua vez, a CNI (Confederação Nacional das Indústrias) rechaça as estimativas de que poderiam ser criados 2,25 milhões de empregos. Argumenta que esse é apenas um cálculo matemático, que desconsidera a realidade das empresas e da economia. Quatro horas a menos no cartão-ponto estimulariam a automação das empresas, a redução da produção e a intensificação do trabalho para os já empregados.

O vice-presidente da Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul (Fecomércio-RS) e presidente do Sescon/RS, Luiz Carlos Bohn, reforça o coro contra a alteração da lei e pela via da mesa de negociação. Para Bohn, o segmento, que soma 1,4 milhão de empregos no Estado e 600 mil empresas (350 mil de micro e pequeno portes), terá aumento de despesas com contratação e terá de repassar a conta aos consumidores. O vice-presidente da Fecomércio-RS também acredita que a medida incentiva a informalidade. O dirigente indicou que o comércio tem menor flexibilidade de jornada, pois tem de seguir horários de funcionamento que hoje vão de segunda a domingo e com mais elasticidade de horários do que a indústria.

Impacto de Custos

A redução da jornada de 44 para 40 horas semanais afetará quase todos os setores. A Associação da Indústria de Panificação considerou o impacto direto nos custos do setor, no qual 91% são empresas com até 24 funcionários, o que vai elevar o preço do pão francês em 6% para o consumidor.

A redução da jornada semanal de trabalho de 44 para 40 horas tornará mais cara a construção das habitações do programa Minha Casa Minha Vida e poderá ter impacto nos valores das prestações da unidades, segundo estimativa divulgada pela CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção). As construtoras alertaram para o risco de o governo não conseguir atingir a meta de 1 milhão de moradias, caso a proposta de emenda constitucional (PEC) para reduzir a jornada seja aprovada. Considerando os custos de uma casa de dois dormitórios em Mato Grosso do Sul, o estudo apresentado pela CBIC aponta que a redução de quatro horas exigiria aumento de 4,8% no preço de cada unidade, que hoje sai por R$ 26.030,54, e a mão de obra passaria a representar 45,2% do custo total da moradia. ""Significa dizer que a verba destinada para o programa deixará de financiar 48 mil unidades", afirmou o presidente da entidade, Paulo Safady Simão.

Caminho sem volta

Escrituração e nota fiscal eletrônica, uma cultura a ser absorvida pelas empresas

Levantamento realizado pela consultoria IOB e divulgado no Jornal Valor Econômico demonstrou que 83,4% das companhias consultadas acreditam que o sistema traz mais benefícios do que dificuldades...

Uma das etapas mais importantes do Sped (Sistema Público de Escrituração Digital) é a implantação da NF-e (nota fiscal eletrônica), que passa a vigorar no final de setembro. Nesta data, empresas de 79 setores terão de trocar o antigo bloco de notas pelo computador nas transações com outras companhias. Mas isso não quer dizer que todos estejam preparadas para o novo sistema. O processo ainda provoca resistência e receio em alguns empresários, porque informações não foram suficientemente fornecidas pelo governo.

As empresas que já utilizam emissão por processamento de dados tendem a apresentar menos dificuldades, pois já estão habituadas à utilização de um sistema. De acordo com o vogal da Jucesp (Junta Comercial de São Paulo) e especialista no assunto, Nivaldo Cleto, se os empresários tivessem se familiarizado mais com o sistema e não apenas investido na capacitação de seus funcionários, o processo estaria mais fácil. "Quando falo nos empresários incluo também os da contabilidade. O principal desafio está na sistematização e utilização de ferramentas de TI para o processo. Da mesma forma, muitos municípios não têm acesso à internet, o que dificulta a implantação e utilização da ferramenta. É uma nova forma de trabalho que gera mudanças nos processos."

O presidente da Jucers (Junta Comercial do RS), Jorge Melo, enumera as vantagens que o Sped e a NF-e estão trazendo às empresa. "Em

informe técnico

"Quando falo nos empresários incluo também os da contabilidade. O principal desafio está na sistematização e utilização de ferramentas de TI para o processo."

2010 tudo passará pelo sistema eletrônico, não tem mais volta", aponta. Os livros passarão a ser autenticados eletronicamente. "Mesmo que estejamos com gargalo na liberação dos livros – atualmente existem 3 mil processos aguardando liberação –, o trabalho está se mostrando, em seu período transitório, eficiente." Atualmente, o programa utilizado no Rio Grande do Sul é o cedido pela Receita Federal, chamado Junta Contingente, que mistura procedimentos manuais com os eletrônicos. É preciso entrar cada vez no site da Receita e verificar o pagamento. Se existe algum erro na digitação dos dados, o sistema não aceita. O tempo hoje gasto para cada documento é de 25 minutos.

As empresas que foram obrigadas a aderir à NFe passaram a sentir benefícios como a redução de custos com o armazenamento de notas e até mesmo com papel e a melhora na logística empresarial. Levantamento realizado pela consultoria IOB e divulgado no Jornal Valor Econômico demonstrou que 83,4% das companhias consultadas acreditam que o sistema traz mais benefícios do que dificuldades, mesma opinião dos que ainda não emitem as notas eletronicamente. E que 52,6% das companhias que ainda não estão sujeitas à adesão, de acordo com a pesquisa, pretendem antecipar sua implantação.

Contudo, não adianta só vontade para antecipar a participação no sistema eletrônico, pois muitas empresas ainda não estão preparadas. O mesmo se repete nos demais segmentos do Sped – o Sped Fiscal e o Sped Contábil – que pretendem unificar essas informações emitidas para os fiscos federal, estadual e municipal, como forma de facilitar a fiscalização. Muitos ainda não avaliaram o protocolo que trata da adesão, embora devam utilizar as notas fiscais eletrônicas em 2010. O mesmo pode ser dito em relação à obrigação de gerar os arquivos para o Sped Fiscal. Pouco mais da metade já está preparada para apresentar os dados no dia 30 de setembro. Se for como o prazo do Sped Contábil, que venceu em dia 30 de junho, não haverá prorrogações.

Além disso, as empresas estão inseguranças quanto às informações que as próprias companhias devem enviar ao fisco. No caso do Sped Contábil, se houver erros nos arquivos gerados, isso só poderá ser corrigido na junta comercial, pois o sistema não prevê alterações de arquivos. A única possibilidade de retificação é se o órgão ainda não tiver autenticado o documento e reenviado ao sistema.

No entanto, tanto Mello quanto Cleto destacam que a autenticação de Livros Fiscais através do Sistema Público de Escrituração Digital representa um grande avanço no sentido da desburocratização, principalmente pela redução drástica do uso de papel. Como ocorre em muitas inovações, nesta fase inicial de operação sempre surgem problemas, como a morosidade na efetivação da autenticação pela forma digital. Isto porque o processo implica o acesso simultâneo aos sistemas da Receita Federal, às vezes lento, bem como o SIARCO, que é utilizado pelas Juntas Comerciais.

"Da mesma forma, muitos municípios não têm acesso à internet, o que dificulta a implantação e utilização da ferramenta. É uma nova forma de trabalho que gera mudanças nos processos."

O presidente da Jucers diz ainda que embora haja um acúmulo de livros para serem autenticados, está sendo estudada uma forma de mutirão para colocar tudo em dia.

Grande número de livros digitais são colocados em "exigência" por não estarem de acordo com as instruções vigentes, inclusive quanto a erros na identificação do pagamento. A maior incidência verificada é a incorreta colocação do identificador do documento de arrecadação, o que impede, inclusive, a efetivação do seu protocolo no SIARCO.

Patrimônio dos Gaúchos

O presidente do Conselho Diretor do PGQP (Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade), Ricardo Felizzola vê com entusiamo a mobilização da sociedade gaúcha em relação ao programa. Hoje ele é considerado um patrimônio dos gaúchos, disseminando e multiplicando a tecnologia necessária para impulsionar a gestão da qualidade nas organizações e gerando melhores condições de vida ao cidadão. Em 2010, o foco é fortalecer ainda mais o congresso e o prêmio, aproximando cada vez mais esses eventos do cidadão, abordando fortemente temas como educação e inovação, elementos que servem de diferenciação para o aprimoramento da sociedade e das organizações mais competitivas.

A busca da qualidade acaba se expandindo para a vida particular das pessoas?

Sem dúvida. A verdade é que ao longo dos 16 anos o PGQP ao propor uma mudança de culturas nas empresas e organizações, melhorando seu ambiente interno, acaba refletindo sua proposta de qualidade na vida das pessoas. O objetivo do programa é trazer melhoria ao cidadão e isso se dá através de sua atuação sobre as empresas e, por conseguinte, sobre o cidadão. Isso se percebe bem nas organizações públicas que começaram a aderir ao PGQP e passaram a oferecer mais serviços, então vemos isso refletido no setor público. E Isso também se dá nas instituições privadas, quando se mostram mais competitivas e geram mais empregos. O PGQP é um centro para melhoria das empresas e do cidadão.

As pequenas organizações também percebem que o PGQP é para todos?

Esta é uma questão de relevância no PGQP e que pretendo dar destaque em minha gestão. Toda a organização tem clientes e precisa ser competitiva, não importa seu tamanho. Buscamos introduzir o conceito de melhor gestão. E as pequenas e micro empresas, muitas vezes, precisam mais do que as grandes companhias. Através dos comitês setoriais procuramos conscientizar esses empresários que vislumbrem as oportunidades de negócios e que não deixem de lado o cuidado com a gestão, por muitas vezes relegada a segundo plano. Muitas vezes as empresas são fundadas e crescem desta forma. Para melhorar isso, estamos criando processos de comunicação que despertem nesses empresários interesse no Programa; que eles entendam que não vão gastar nada, mas que vão receber treinamento e conhecimento para modelos de gestão que tragam retorno no desempenho de seus negócios. Para isso, estamos, em parceria com o SEBRAE/RS e a rede de comitês, desenvolvendo um sistema que simplifique a metodologia e que permita a compreensão mais rápida dos processos de gestão. Como uma auditoria e pontuação parecem muito complicadas, um novo conjunto de critérios está sendo elaborado de forma mais simples, mas que permita alcançar os mesmos resultados.

Ricardo Felizzola

"O PGQP se consolidou como referência internacional, tornando Porto Alegre a capital mundial da qualidade, onde se realiza o maior evento do mundo na área da qualidade da gestão."

Em termos práticos, no que o PGQP já ajudou as empresas e o próprio Rio Grande do Sul a melhorar?

No Rio Grande do Sul, projetos promovidos pelo PGQP, geraram uma economia de R$ 5,4 bilhões a partir de um investimento de R$ 37,5 milhões, somando todas as frentes na área pública, que envolvem os governos estaduais e municipais. O PGQP é considerado um patrimônio dos gaúchos, disseminando e multiplicando a tecnologia necessária para impulsionar a gestão da qualidade nas organizações e gerando melhores condições de vida ao cidadão. Já foram capacitadas mais de 250 mil pessoas nos fundamentos da qualidade e multiplicado o uso das ferramentas de gestão em grandes, médias e pequenas organizações, por uma rede de 15 mil agentes multiplicadores, atuando, principalmente, com trabalho voluntário.

O que deu a dimensão internacional ao PGQP?

A competitividade das empresas brasileiras que passou a ser exigência no início da década de 90, fez com que as empresas gaúchas que atuam no mercado internacional tivessem aderência ao programa, pelo ganho em gestão aplicada. Além disso, o PGQP tem sido um difusor de novas ideais no âmbito da qualidade, trazendo praticamente em primeira mão os novos conceitos. Os ganhos obtidos pelo interesse e fusão cultural do cooperativismo em nosso Estado podem ter formado o ambiente favorável para o desenvolvimento do programa. A ideia iniciada no governo Collares, mas que acabou não vingando por falta de ambiente, foi abraçada pelo empresário Jorge Gerdau e seguiu em frente consolidando-se como um difusor de qualidade e gestão, notadamente de gestão. Isso faz com que, após uma autoavaliação interna, a empresa convide seus pares para a avaliação externa, enquanto seus técnicos fazem o mesmo em outros lugares. Isso é único, uma rede de autoavaliação que mostra o que pode ser melhorado. Nossa abrangência ainda é uma pequena amostra, uma vez que temos 8 mil empresas envolvidas num universo de 300 mil, mesmo assim é uma conquista significativa para a economia gaúcha.

E como se aproxima o PGQP do cidadão?

O sistema foi se aperfeiçoando e transformando o PGQP num *benchmark* mundial, esta condição é única no mundo: um movimento da sociedade civil que vem transformando a vida das empresas e das pessoas em seu Estado. Nestas duas décadas têm gerado resultados importantes porque o que as grandes organizações obtiveram com aplicação do processo da qualidade, foi se replicando para as outras de menor porte e de todos os tamanhos. E nós vamos continuar empenhados para gerar mais resultado, envolvendo mais empresas e pessoas para que despertem para a qualidade e gestão. O PGQP se consolidou como referência internacional, tornando Porto Alegre a capital mundial da qualidade, onde se realiza o maior evento do mundo na área da qualidade da gestão. Realizados em julho, o 10º Congresso Internacional da Gestão que contou com 2,4 mil inscritos e a 14º edição do Prêmio Qualidade RS, recebeu 5 mil pessoas, numa mobilização recorde na história do PGQP. Foram 139 organizações inscritas e 90 premiadas.

Tempos Modernos

Licitações Públicas e Pregão Eletrônico agilizam administração do Estado

Os serviços disponibilizados com as novas tecnologias inovam a administração pública e facilitam o acesso a serviços de compra e venda, além de gerar economia aos cofres públicos. A Central de Licitações (Celic), vinculada à Secretaria Estadual de Administração e Recursos Humanos (SARH), adota desde 2004 o sistema de Compras Eletrônicas, que é disponibilizado pela Companhia Rio-Grandense de Processamento de Dados (Procergs).

Conforme o pregoeiro Amilton Santos Calovi, o sistema permite uma redução substancial de custos, pois inibe uma série de procedimentos inerentes aos moldes de licitação antigos. "São visíveis a agilidade no processo licitatório e a economia para o Erário", conta. Dentre outros benefícios, o pregoeiro acrescenta que as empresas podem reajustar os preços das propostas, de acordo com o processo.

A Secretaria disponibiliza três formas eletrônicas de gerir o processo de licitações, dispensas e pregões públicos. O Portal de Compras Eletrônicas do Estado integra a solução de Compras Eletrônicas, disponibilizada pela Procergs, para atender a todos os órgãos públicos da administração direta, autarquias e fundações subordinadas à Central de Licitações do Estado. Além deste, há também os portais de compras do Banrisul e da Procergs.

Calovi ressalta que, para a contratação de prestação de serviços para o Estado, o modelo de pregão eletrônico agregou ainda mais vantagens. Isto porque, anteriormente, era necessária a avaliação de todas as empresas concorrentes, para só então iniciar o processo – o que demandava muito tempo. Esta questão foi resolvida com a avaliação apenas da proposta ganhadora. Em caso de reprovação, assume a proposta subsequente. "O foco é apenas sobre a empresa vencedora", ressalta.

Para efetuar operações, como o envio de propostas, é preciso acessar o portal compras, na área de acesso restrito aos fornecedores. Os participantes deverão escolher a opção Enviar Proposta e localizar na lista a licitação desejada. O sistema exibe a relação dos lotes de disputa da licitação e o respectivo link para envio de proposta eletrônica. Depois do recebimento das propostas, o sistema gera um e-mail, que é enviado aos responsáveis da empresa, com um número de protocolo. Contudo, o sistema não faz o controle dos valores, e o controle do limite das propostas fica a cargo do pregoeiro, que poderá desclassificar ou não a proposta – conforme o valor, que deve ser superior ao informado no edital.

Os três sistemas de compras do Estado utilizam o cadastro único de fornecedores e materiais da Celic, e para participar de pregões e licitações as empresas devem obter o credenciamento junto à seção de cadastro da entidade. Todos os formulários, documentos necessários e procedimentos para cadastro constam no site da Central, em www.celic.rs.gov.br. Os portais de compra do Estado estão disponíveis no site da SARH, no site www.sarh.rs.gov.br. A Central de Compras RS também pode ser acessada na página www.compras.rs.gov.br.

Só quem tem a melhor estrutura pode desenvolver os melhores softwares do mercado.

Matriz Folhamatic
Americana/SP

Suporte Técnico

Fábrica de Softwares

Os sistemas Folhamatic já estão preparados para o SPED - EFD - ECD - NF-e. E você, está?

Consulte-nos sobre como nossos sistemas podem ajudar o seu escritório a agregar mais valor na prestação dos seus serviços aos seus clientes. Otimização de tempo, redução de custos, **aumento de produtividade e lucratividade do seu escritório**, são conceitos que pensamos diariamente no desenvolvimento das nossas soluções. Afinal, com a Folhamatic é assim: temos softwares e pessoas, todas pensando porvocê!

EFD
Escrituração Fiscal Digital
Você encontra esse item no sistema: e-fiscal

ECD
Escrituração Contábil Digital
Você encontra esse item no sistema: telecont

NF-e
Nota Fiscal Eletrônica
Você encontra esse item no sistema: folhamatic

VENDAS E INFORMAÇÕES:
0800 015 4400
www.folhamatic.com.br

Gestão Comercial
Gestão Administrativa
Gestão Financeira
Gestão Fiscal
Gestão Contábil
Gestão Pessoal

Uma empresa feita por pessoas

Substituição Tributária
Da exceção à regra

Até poucos anos atrás o regime da Substituição Tributária "subsequente" era aplicado somente em alguns segmentos econômicos, sendo centralizado em grandes indústrias, tais como: combustíveis e lubrificantes, cigarros, bebidas, cimento e de medicamentos.

A partir do ano 2008, o Rio Grande do Sul e outros Estados do Brasil passaram a adotar a Substituição Tributária de forma mais abrangente alcançando muitos outros segmentos econômicos, como: autopeças, rações "pet", cosméticos e higiene pessoal, colchoaria, arroz, sucos de frutas.

Nos meses de setembro, outubro e novembro de 2009, outros segmentos passarão a integrar esta lista, como: bicicletas, brinquedos, ferramentas, instrumentos musicais, material de limpeza, papelaria, produtos alimentícios, material de construção, louças e talheres, material elétrico, etc.

O regime tributário que antes era considerado uma exceção passa a ser a regra adotada pelo Governo do Estado na sistemática de apuração e arrecadação do tributo - ICMS.

Devemos destacar que o regime tem como característica básica a atribuição de responsabilidade ao industrializador da mercadoria pelo pagamento do imposto (ICMS) que é devido em etapas subsequentes da cadeia econômica. O valor do imposto de substituição é cobrado pela indústria, através da nota fiscal de venda, do comerciante e posteriormente recolhido ao governo do Estado.

O ônus tributário do comerciante, com relação ao ICMS, que incidia sobre a venda da mercadoria, passa a incidir no momento em que este adquire a mercadoria da indústria.

Cabe esclarecer que a operação de venda, quando esta se destinar a consumidor final, não ocorre a substituição tributária.

O cálculo do imposto é feito sobre o total da operação, isto é, o preço praticado, acrescido do IPI, frete e franquia, e sobre este somatório, acrescenta-se a Margem de Valor Agregado (MVA). A base de cálculo presumida, nos termos da equação, corresponderá ao preço final estimado de venda no varejo a consumidor final.

Como em qualquer mudança tributária, essa terá reflexos, tanto no comércio quanto nas indústrias. Citamos alguns aspectos decorrentes:

1 - O comércio, optante do Simples Nacional, terá um acréscimo na carga tributária, pois as alíquotas de ICMS previstas na tabela do Anexo I da LC 123/06, de percentual bem inferior, serão substituídas pelas alíquotas de ICMS aplicáveis às demais pessoas jurídicas (12%, 17% ou 25%);

2 - As indústrias, nas vendas a optantes do Simples Nacional, terão dificuldades de justificar a exigência do ICMS naquela operação, face o ônus tributário mais elevado e antecipado que estas terão que suportar;

3 - No caso de inadimplência do cliente, alem de deixar de receber o valor da venda da mercadoria, a empresa industrial terá de assumir ainda o ônus do débito próprio e do débito de responsabilidade por substituição tributária;

4 – A Margem de Valor Agregado (MVA) que é "atribuída pelo Estado" deverá ser condizente com a realidade do mercado, sob pena de representar um indevido aumento da carga tributária.

É de se ressaltar que o regime tem por finalidade a simplificação e facilitação do aparato fiscalizatório e o aumento e antecipação da receita, na medida em que há uma redução no número de contribuintes e a cobrança do tributo é de forma antecipada até a fase final da operação.

Esperamos que este Regime, aplicável a muitos segmentos econômicos, reduza efetivamente a sonegação fiscal e, consequentemente, aumente a arrecadação do Estado, possibilitando com isso uma desoneração da quase insuportável carga tributária, ou pelo menos que este incremento arrecadatório possa retornar aos contribuintes de fato sob a forma de melhores serviços públicos, como saúde, educação e segurança.

Feliciano Almeida Neto
Affectum Auditores e Consultores S/S

9º Seminário de Contabilidade do Vale do Taquari

A diretoria do Sescon/RS, liderada pelo seu Presidente, Luiz Carlos Bohn, esteve presente no 9º Seminário de Contabilidade do Vale do Taquari, realizado dia 21 de agosto, na Univates, em Lajeado. O evento, que contou com aproximadamente 500 participantes, é considerado um dos mais significativos da classe contábil no Rio Grande do Sul. Este ano o Seminário teve como tema ética e comportamento.

A mesa organizadora do evento.

O presidente do Sescon/RS, Luiz Carlos Bohn, presente no Seminário.

Planejamento

No dia 14 de julho, o Comitê Setorial Sescon/RS realizou o Planejamento Estratégico 2009-2011. O evento ocorreu no Hotel Sesc Campestre e contou com a participação de todos os membros do Comitê, que definiram seu mapa estratégico, com a revisão da missão, visão e estratégias.

Missão: Disponibilizar métodos e ferramentas de gestão, para o desenvolvimento das empresas do setor.

Visão: Ser reconhecido pela sociedade como agente promotor da melhoria contínua das empresas representadas pelo Sescon/RS.

Comitê Setorial Sescon/RS

Participação no 10º Congresso

O 10º Congresso Internacional de Gestão reuniu 6 mil pessoas.

O Comitê Setorial Sescon/RS participou da 10ª edição do Congresso Internacional da Gestão e do 14º Prêmio Qualidade RS/2009, promovidos pelo Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade (PGQP), de 20 a 22 de julho, no Teatro do Sesi. O maior evento na área da qualidade reuniu certa de 6 mil pessoas, sob o tema "Crises: Gestão da Mudança e Oportunidades".

O Comitê Setorial Sescon/RS também esteve presente na Feira do Conhecimento em Gestão, durante o Congresso, onde apresentou seus produtos e serviços, em especial o Sistema de Informações Comparativas Setoriais e o Programa de Qualificação em Gestão.

A Feira do Conhecimento contou com a participação do Sescon/RS.

Interiorização

julho/2009

Renovação de Convênio

O Sescon/RS renovou o Termo de Parceria Operacional com o Sincontec Sinos, dia 14 de julho. Participaram do evento, realizado no escritório regional do Sescon/RS e sede do Sincontec Sinos, 46 empresários e profissionais. Na ocasião, o presidente do Sescon/RS, Luiz Carlos Bohn, falou sobre "O papel das entidades sindicais".

PGQP

Com o objetivo de capacitar os participantes para atuarem no Sistema de Avaliação, um dos principais produtos do PGQP/Comitê, o Comitê Setorial Sescon/RS realizou os seguintes cursos:

- Interpretação dos Critérios de Avaliação 2009: 15 e 16/07/2009
- Formação de Avaliadores 2009: 17/07/2009
- Interpretação dos Critérios de Avaliação 2009: 19 e 20/08/2009
- Formação de Avaliadores 2009: 21/08/2009
- Liderança Emocionalmente Inteligente: 13/08/2009

O curso sobre Liderança Emocionalmente Inteligente.

O curso de Formação de Avaliadores, na sede do Sescon/RS.

Cursos

São Leopoldo

O contador João Roberto Domingues Pinto ministrou no dia 18 de agosto de 2009 o curso MEI – Microempreendedor Individual, com carga horária de 4 horas, no escritório regional do Sescon/RS sediado no Sincontec Sinos em São Leopoldo. O objetivo do curso foi orientar sobre os procedimentos para legalização e forma de pagamento dos Microempreendedores Individuais (24 participantes)

No dia 26 de agosto de 2009 foi realizado, no Escritório Regional do Sescon/RS, em São Leopoldo, o curso LEI N° 11.941 (Conversão da MP N° 449). O curso foi ministrado pelo contador João Roberto Domingues Pinto, com o objetivo de analisar as recentes mudanças trazidas pela Lei n° 11.941, a qual é resultante da conversão da MP 449.

Bento Gonçalves

Em 27 de agosto de 2009, foi realizado o curso "Procedimentos Fiscais e Tributários do ICMS", no Escritório Regional do Sescon/RS, sediado no Sincontec Sinos, em São Leopoldo. O curso foi ministrado pelo contador Ademir Vanzella.

Ídolo e Ódio

Por Thedy Corrêa
compositor

Existe um consenso de que nós – enquanto sociedade ou indivíduos – precisamos de ídolos. A verdade por trás disso é que os ídolos são fonte de inspiração, estímulo e motivação. Seres humanos que atingem o status de verdadeiras divindades, seja pelo talento, beleza ou por realizarem feitos notáveis. Os melhores ídolos, na minha opinião, são aqueles que se destacam por uma genialidade que faz com sejam os melhores no que fazem.

Nosso país tem demonstrado uma característica estranha dentro da cultura da idolatria: o ódio, desprezo ou, em casos extremos, a repulsa aos ídolos! Existem outros países e culturas onde aqueles que atingem este status de ídolos por méritos reais (talento e realizações) não costumam "perder a majestade" facilmente. Maradona, na Argentina, é um bom exemplo disso. O craque realizou feitos memoráveis enquanto jogava. Entrou em crise e foi praticamente obrigado a abandonar o futebol por conta de um anti-doping positivo na última Copa do Mundo que disputou. Depois disso entrou em uma decadência física e moral inquestionáveis... Durante este período negro jamais deixou de ser "Maradona" para os argentinos, que reconheciam as dificuldades que ele atravessava mas mantinham altíssimo o nível de idolatria. Eram, em resumo, tolerantes e buscavam com isso "amparar" o grande nome da cultura nacional. Continuavam sentindo e demonstrando todo o orgulho e o respeito que sentiam pelo passado glorioso de Don Diego.

No Brasil o fenômeno é oposto. Ronaldo Nazário virou "Ronalducho", Ronaldinho Gaúcho é ex-atleta. A imprensa "especializada" não cansa de colocar o dedo nas "feridas" que evidenciam crises ou dificuldades pelas quais eles passam. Não existe tolerância. Não existe perdão. O que fez um Ronaldo para engordar tanto e o outro ter um declínio técnico? NÃO IMPORTA: vamos apontar a "humanidade" por trás dos semi-deuses de outrora! Vamos expor suas vidas e crises de uma maneira implacável! Só assim conseguiremos provar que eles não são o "tanto" que julgavam ser!

É como uma vingança por eles não terem sido bons o suficiente no papel de nos inspirar a sermos notáveis no que fazemos. Como se a mera existência deles fosse opressora para os demais mortais. E não falo apenas de esporte. Nas artes em geral ocorre o mesmo. Não importa se o artista ocupou durante ANOS o topo das paradas. Se ele não consegue fazer isso hoje, já recebe o rótulo de "ultrapassado". Infelizmente este comportamento apenas atesta nossa condição de terceiro mundistas – no pior significado desta expressão. Não prezamos nossa história quando desprezamos os feitos daqueles que já foram responsáveis por momentos memoráveis. Desqualificamos nosso passado, iludimos nosso presente e assim caminhamos para um futuro incerto. Um futuro onde não teremos novos ídolos. Não teremos a inspiração e a luz destes notáveis. Ou esta luz estará radiante em frente aos nossos olhos e nós não seremos capazes de vê-la ou suportá-la. Então fecharemos os olhos para mergulhar em um mundo escuro e sem graça.

LOGIDOC.
GERENCIADORES DIGITAIS

LOGICBOX
AUTOMAÇÃO®

Soluções Completas para Nota Fiscal Eletrônica by Logidoc

Nota Fiscal Eletrônica by Logidoc

Certificação e Assinatura Digital

Leitor de Smart Card

Token A3

Leitor Optico para DANFE

Integração remota com clientes

Conexão direta via internet para clientes selecionados, execução de pedidos online, consultas de preços e estoques online.

Módulos Básicos

- Controle de movimento de caixa
- Operação com código de barras
- Controle de estoque
- Balanças Integradas
- Cadastro clientes, produtos, fornecedores, vendedores
- Orçamentos, pedidos, conversão automática NF
- Relatórios, sintegra
- Emissão de notas e boletos
- Módulos financeiros
- Módulos de O.S.
- Inventário

Módulos Avançados

- Venda Externa com coletores de dados
- Emissão de boletos via internet
- Módulo Financeiro integrado ao plano de contas
- Inventário com coletor de dados

Soluções Completas

Hardware e Software Integrados
Assistência Técnica
Treinamentos
Suprimentos

DOIS GRANDES PRÊMIOS ERGUIDOS POR TODA A NOSSA EQUIPE.

A Domínio Sistemas foi eleita uma das melhores empresas para se trabalhar, pela Revista Computerworld (dentro do segmento de TI & Telecom) e pela Revista Época (entre empresas de diversos segmentos de todo o Brasil). Esse é o resultado de 10 anos de muito trabalho e dedicação, investindo na valorização e no crescimento profissional de toda a equipe.

domínio sistemas

A sua melhor escolha

Informações comerciais: ***0800 645 4004*** - www.dominiosistemas.com.br